

AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF

Termo de Referência 17/2026

Informações Básicas

Número do artefato

UASG

Status

ASSINADO

Editado por

INGRID FRANCA DE OLIVEIRA

Atualizado em

16/03/2026 15:36 (v 0.8)

17/2026

323028-AGENCIA NACIONAL DE ENERGIA ELETRICA - DF

Outras informações

Categoria

I - alienação e concessão de direito real de uso de bens/Concessão de direito real de uso de bens

Número da Contratação

19/2026

Processo Administrativo

48500.033068/2025-27

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Contratação de solução de modernização da solução de virtualização de estações de trabalho da ANEEL, com projeto de implantação, treinamento e garantia pelo prazo de 60 (sessenta) meses e pagamento anualizado, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição	CATSER	Unidade de medida	Quantidade	Prazo (meses)	Valor unitário do Item (R\$)/ano	Valor total do Item (R\$) /ano	Valor total do Item – por 60 meses (R\$)
1	1	HZN-VVNUC-60AT0-C4S Omnissa Horizon Universal - Core - Named User - Production Support - 60 Months - Annual Payments	27502	Licença	600	60	1.304,90	782.940,00	3.914.700,00
	2	HZN-VVNUA-60AT0-C4S Omnissa Horizon Universal - Add-on to Core - Named User - Production Support - 60 Months – Annual Payments							
1	2	HAH-ADNUWE-60AT0-C4S Omnissa Workspace ONE Experience Management Add-On for Horizon - Add-on to Core - Named User - Production Support	27502	Licença	600	60	247,55	148.530,00	742.650,00

	3	WSU-AUEMP-60AT0-C4S - Omnissa Workspace ONE Unified Endpoint Management Essentials - SaaS - Per User - Production Support - 60 Months - Annual Pay	27502	Licença	600	60	596,85	358.110,00	1.790.550,00
	4	Serviços técnicos contemplando projeto executivo de implantação e treinamento ("hands-on")	27081	Serviço	1	n/a	-	-	267.499,92
Valor global da contratação (R\$)									6.715.399,92

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2 Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026 (SEI nº 0265156).

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3 O serviço é enquadrado como continuado, uma vez que a manutenção da solução de virtualização de estações de trabalho (VDI) constitui atividade permanente, essencial e ininterrupta para o funcionamento das operações de TI da ANEEL. A solução é responsável por viabilizar o teletrabalho e o trabalho híbrido previstos na Portaria ANEEL nº 6.906 /2024, prover ambientes corporativos seguros para execução de atividades finalísticas, permitir mobilidade institucional e assegurar que usuários acessem seus ambientes computacionais mediante autenticação segura, controle de políticas e centralização de gestão — características que exigem prestação constante e sem descontinuidade.

1.4 Conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026 (SEI nº 0265156), a vigência plurianual mostrou-se mais vantajosa considerando (i) a necessidade de garantir continuidade operacional durante todo o ciclo de vida da solução; (ii) a compatibilidade com o planejamento de médio prazo definido para o ambiente de trabalho virtual da ANEEL; (iii) a previsibilidade orçamentária associada aos pagamentos anuais; (iv) a economia resultante da manutenção de condições comerciais estáveis ao longo dos 60 meses previstos e (v) as condições comerciais mais vantajosas oferecidas pelo fabricante diante de compromissos de longo prazo.

1.5 O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.6 O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1 A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade, a estabilidade, a modernização e o aprimoramento da infraestrutura de virtualização de estações de trabalho (VDI) da ANEEL, atualmente suportada por licenças perpétuas adquiridas no âmbito do Contrato nº 61/2020, cujo ciclo de suporte e garantia se encontra em fase final, impossibilitando a preservação dos níveis adequados de desempenho, disponibilidade e segurança requeridos para o funcionamento regular das atividades institucionais.
- 2.2 A virtualização de estações de trabalho constitui elemento essencial para a continuidade dos serviços, ao prover ambiente padronizado, gerenciável e alinhado às normas internas de segurança da informação. A

expiração da garantia das licenças vigentes e a descontinuação do modelo de licenciamento perpétuo pelo fabricante (Omnissa) inviabilizam a manutenção do ambiente atual nas condições necessárias, ampliando os riscos tecnológicos, operacionais e de indisponibilidade, o que reforça a necessidade de migração para o modelo de subscrição, único capaz de garantir suporte técnico, atualizações contínuas e compatibilidade com a infraestrutura corporativa existente.

2.3 A adoção da solução em modelo de subscrição permitirá a continuidade da prestação dos serviços de virtualização, a centralização da administração do ambiente, a mitigação de riscos de obsolescência, a elevação do nível de segurança da informação e a manutenção da conformidade com os padrões tecnológicos e regulatórios vigentes, além de garantir suporte técnico especializado e atualizações evolutivas que reduzam vulnerabilidades e assegurem a integridade da infraestrutura institucional.

2.4 O Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026 (SEI nº 0265156) evidencia que a solução VDI é elemento crítico para viabilizar atividades essenciais da Agência, sustentando o modelo de trabalho remoto e híbrido previsto na Portaria ANEEL nº 6.906/2024, o acesso remoto seguro, a continuidade do negócio em situações de contingência, a centralização da gestão de ambientes de usuário e a redução de riscos operacionais associados ao parque computacional físico.

2.5 Por fim, registra-se que a contratação ora proposta não se apresenta adequada ao formato de Ata de Registro de Preços, visto que envolve solução diretamente integrada à infraestrutura específica da ANEEL, sem potencial benefício de ganho de escala decorrente de adesões futuras, além de depender de compatibilidade arquitetural e de continuidade operacional, características que afastam a viabilidade e a vantajosidade do uso de ARP para esta finalidade.

2.6 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 02270669000129-0-000001/2026;
- II) Data de publicação no PNCP: 12/05/2025;
- III) Id do item no PCA: 59,60;
- IV) Classe/Grupo: 182 - Serviços de licenciamento e contratos de transferência de tecnologia; 929 - Outros serviços de educação e treinamento;
- V) Identificador da Futura Contratação: 323028-19/2026;

2.7 O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2024-2027 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2024-2027 da ANEEL, conforme demonstrado abaixo:

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos
N1	OE 13 - Aumentar a robustez da infraestrutura de tecnologia e da segurança cibernética com inovação

ALINHAMENTO AO PDTIC 2024-2027			
ID	Ação do PDTIC		
A1	AC136 - Contratação de solução de virtualização de estações de trabalho		

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1 A solução de TIC consiste em na modernização e ampliação da infraestrutura de virtualização de estações de trabalho da ANEEL, mediante contratação de plataforma integrada de Virtual Desktop Infrastructure (VDI), contemplando licenciamento, serviços técnicos especializados e suporte, pelo período de 60 (sessenta) meses, com pagamento anualizado.

3.2 A solução abrange:

3.2.1 Fornecimento de licenças em modelo de subscrição da plataforma Omnisia VMware Horizon e Workspace ONE, incluindo todos os módulos necessários para a entrega segura de desktops virtuais a usuários internos e remotos;

3.2.2 Migração do ambiente atual para a nova plataforma, garantindo continuidade da operação, compatibilidade com os recursos existentes e conformidade com políticas de teletrabalho e segurança da informação;

3.2.3 Serviços de implementação, configuração, testes, integração e validação, assegurando desempenho, escalabilidade e aderência às necessidades de negócio;

3.2.4 Serviços de suporte técnico especializado e atualização tecnológica, durante toda a vigência contratual, incluindo atendimento remoto, correções, patches e orientações operacionais

3.2.5 Capacitação técnica da equipe da ANEEL, garantindo autonomia para administração e evolução do ambiente virtualizado;

3.2.6 Quantitativo dimensionado para atender 600 usuários, conforme demanda atual e projeções institucionais.

3.3 A composição da solução é motivada pela necessidade de assegurar continuidade na operação do ambiente de virtualização, manter conformidade com requisitos de segurança e teletrabalho, substituir componentes em obsolescência e garantir um ambiente atualizado, seguro e economicamente sustentável ao longo do período contratual.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **Requisitos de Negócio:**

4.1 A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

4.1.1 A solução de virtualização de desktops a ser contratada deve garantir a disponibilidade e a continuidade dos serviços essenciais da ANEEL, permitindo que os usuários tenham acesso ininterrupto aos seus ambientes de trabalho, aplicações e dados institucionais, independentemente de sua localização física. Essa característica é fundamental para assegurar que as atividades da Agência não sejam impactadas por indisponibilidades técnicas ou restrições de acesso às instalações físicas;

4.1.2 Ela deve integrar-se à infraestrutura já implantada e em produção, evitando investimentos redundantes e garantindo interoperabilidade com os ativos tecnológicos atuais;

4.1.3 A solução deve possibilitar que servidores e colaboradores desempenhem suas funções remotamente, com desempenho, segurança e acesso integral aos sistemas corporativos, promovendo flexibilidade e adaptabilidade às novas formas de organização do trabalho;

4.1.4 Deve permitir a administração centralizada dos desktops virtuais, perfis de usuários, políticas de segurança e atualizações, promovendo automação, padronização de processos e redução de custos operacionais, além de facilitar o suporte técnico e a governança de TI;

4.1.5 Deve atender aos requisitos de proteção de dados, controle de acesso, rastreabilidade e conformidade com normativos internos e externos, mitigando riscos de vazamento, perda ou uso indevido de informações institucionais;

4.1.6 Deve assegurar acesso às versões mais recentes, correções automáticas de vulnerabilidades e escalabilidade sob demanda, garantindo evolução tecnológica sem impactos significativos na infraestrutura física;

4.1.7 Deve ser capaz de atender às necessidades específicas de diferentes áreas e perfis de usuários da ANEEL, garantindo que todos tenham acesso aos recursos e aplicações necessários para o desempenho de suas atividades; e

4.1.8 A experiência do usuário também deve ser considerada, proporcionando uma utilização intuitiva, estável e eficiente, minimizando a curva de aprendizado e facilitando a adoção da solução por todos os colaboradores.

## **Requisitos de Capacitação**

4.2 Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução.

4.3 A Contratada deverá realizar treinamento do tipo “hands-on” de caráter teórico-prático, abordando a arquitetura, configuração, parametrização e funcionalidades de todos os componentes da solução fornecida, bem como esclarecimento de dúvidas.

4.4 A turma será exclusiva para a Contratante, composta por até 6 (seis) participantes e a carga horária total será de, no mínimo, 20 (vinte) horas distribuídas em sessões com duração máxima de 4 (quatro) horas diárias. Essas sessões ocorrerão durante o período de operação assistida previsto na seção de Requisitos de Implantação.

4.5 O treinamento do tipo “hands-on” deverá ser realizado de forma remota/virtual, utilizando plataforma segura e estável, garantindo a participação dos integrantes da equipe técnica da ANEEL sem necessidade de deslocamento. Todo o conteúdo ministrado deverá ser gravado e disponibilizado aos participantes após o término, permitindo consultas posteriores e reforço do aprendizado.

4.6 O instrutor responsável pela capacitação deverá possuir conhecimentos aprofundados na solução contratada, demonstrando experiência prática e domínio técnico sobre suas funcionalidades. Deve possuir certificação oficial do fabricante na tecnologia específica dos produtos ofertados e experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos relacionada à tecnologia ou produto objeto da contratação, assegurando a qualificação do profissional. Além disso, é desejável que o instrutor tenha participado da execução do projeto executivo, garantindo maior aderência entre a capacitação e a realidade da implementação.

4.7 A Contratada deverá emitir certificado de conclusão para os participantes com a carga horária realizada.

## **Requisitos Legais**

4.8 O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133, de 2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis, conforme detalhado em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026 (SEI nº 0265156).

## **Requisitos de Manutenção**

4.9 Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades;

4.9.1 Em razão das características da solução, baseada em modelo de subscrição de software, a manutenção será realizada pelo fabricante da solução, durante toda a vigência contratual, compreendendo o direito de acesso a atualizações, correções, melhorias e suporte técnico, com vistas à garantia da continuidade operacional, segurança e evolução tecnológica da plataforma.

4.9.2 A subscrição deverá assegurar, no mínimo:

4.9.2.1 Direito de uso das licenças durante a vigência contratual;

4.9.2.2 Acesso irrestrito a patches, hotfixes e correções de segurança disponibilizados pelo fabricante;

4.9.2.3 Direito às atualizações de versão (minor e major releases) lançadas durante o período da subscrição;

4.9.2.4 Acesso a atualizações evolutivas que integrem o produto contratado, sem ônus adicional;

4.9.2.5 Acesso ao portal oficial do fabricante para download de versões, patches e documentação técnica;

4.9.2.6 Suporte técnico oficial do fabricante, conforme política vigente de suporte (incluindo abertura e acompanhamento de chamados técnicos);

4.9.2.7 Garantia de suporte às versões disponibilizadas, conforme política de ciclo de vida (lifecycle) do fabricante.

4.9.3 A manutenção corretiva dar-se-á por meio da disponibilização, pelo fabricante, de correções de defeitos, atualizações de segurança e demais ajustes técnicos necessários à estabilidade e integridade da solução.

4.9.4 Não se aplica à presente contratação manutenção preventiva ou adaptativa tradicional, uma vez que a solução é disponibilizada sob regime de subscrição, sendo sua evolução tecnológica inerente ao modelo de atualização contínua promovido pelo fabricante.

4.9.5 Durante a vigência contratual, deverá ser garantido que a solução permaneça em status de suporte ativo junto ao fabricante, vedado o fornecimento de versões classificadas como “End of Support” ou equivalentes.

### Requisitos Temporais

4.10 Os serviços devem ser prestados no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias corridos, a contar do recebimento da abertura da Ordem de Serviço (OS), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante;

4.11 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

4.12 Todos os prazos citados, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.13 Na execução dos serviços, deverão ser observados os seguintes prazos:

Severidade	Descrição (Impacto)	Prazo máximo p/ início do atendimento	Prazo máximo p/ mitigação/contorno	Prazo estimado p/ solução definitiva
S3 – Média	Problema funcional não crítico, com workaround viável; impacto moderado ou pontual.	Até 1 dia útil	Até 3 dias úteis	Até 7 dias corridos
S4 – Baixa	Consultas, dúvidas, incidentes menores, comportamentos intermitentes, solicitação de orientação técnica.	Até 2 dias úteis	Não aplicável	Por acordo entre fabricante e Contratante

4.13.1 Os prazos de atendimento e resolução deverão observar as metas de severidade definidas na documentação oficial da Omnisia aplicável ao tipo de suporte contratado, que deverá ser apresentada pelo licitante vencedor.

### Requisitos de Segurança e Privacidade

4.14 A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, e A solução contratada deverá atender integralmente às diretrizes e boas práticas de segurança da informação e proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), com a Política de Segurança da Informação da ANEEL e com os normativos federais aplicáveis. É indispensável que sejam observados os princípios de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, garantindo que os dados corporativos e pessoais sejam tratados de forma segura durante todas as fases do projeto, implantação e operação.

### Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.15 Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.15.1 Os profissionais responsáveis pela prestação do serviço deverão manter conduta compatível com o ambiente institucional, apresentando-se com vestimenta adequada para circulação em órgãos e repartições públicas. A execução dos serviços deve ser conduzida com cortesia, discrição e profissionalismo, assegurando um relacionamento institucional alinhado às normas de comportamento e ética da ANEEL.

### **Requisitos da Arquitetura Tecnológica**

4.16 Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

4.17 A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

4.17.1 A solução a ser contratada deverá:

4.17.1.1 Integrar-se à infraestrutura tecnológica já implantada, garantindo continuidade operacional e aproveitamento dos investimentos existentes;

4.17.1.2 Suportar os padrões corporativos de autenticação, diretórios e gestão de identidade, assegurando interoperabilidade com sistemas internos;

4.17.1.3 Atender aos requisitos de alta disponibilidade, escalabilidade e segurança da informação, conforme diretrizes institucionais e normativos vigentes;

4.17.1.4 Permitir administração centralizada e monitoramento, com recursos para gestão eficiente de ambientes virtuais e aplicações;

4.17.1.5 Garantir compatibilidade com múltiplos dispositivos e sistemas operacionais, preservando a experiência do usuário e a política de mobilidade corporativa; e

4.17.1.6 Viabilizar integração com mecanismos de governança e conformidade, incluindo trilhas de auditoria e controles de acesso.

4.17.2 O ambiente computacional disponível para a solução está detalhado no Anexo A – Descrição do Ambiente Computacional da ANEEL.

### **Requisitos de Projeto e de Implementação**

4.18 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.18.1 Antes da execução da implantação, a solução deverá passar por uma fase de projeto detalhado, garantindo que todos os aspectos técnicos e funcionais estejam claramente definidos e alinhados às necessidades da ANEEL.

4.18.2 A Contratada deverá apresentar documento oficial do fabricante atestando sua autorização ou parceria para execução dos serviços referentes aos produtos ofertados, bem como comprovar a validade das certificações durante todo o período contratual. Essa documentação original poderá ser solicitada pela ANEEL a qualquer momento para fins de auditoria e verificação de conformidade.

4.18.3 O projeto executivo deverá contemplar tanto a implantação inicial da solução contratada quanto os aspectos relacionados à migração ou atualização da arquitetura existente. Será necessário revisar a arquitetura atual, avaliar sua aderência às melhores práticas e propor ajustes que garantam estabilidade, segurança, desempenho e otimização do uso das funcionalidades disponíveis, evitando restrições desnecessárias. Caso alguma limitação técnica ou funcional seja identificada durante o processo, a Contratada deverá comunicar formalmente à ANEEL para avaliação e tomada de decisão quanto à melhor alternativa.

4.18.4 Deverá contemplar ainda a execução dos testes de conformidade, a fim de garantir que os requisitos funcionais e técnicos da solução tenham sido atendidos.

4.18.5 A Contratada deverá apresentar um plano detalhado para atualização inicial das versões, justificando tecnicamente as escolhas das versões estáveis a serem aplicadas, bem como os impactos esperados. Esse plano deve incluir análise de compatibilidade, mitigação de riscos e cronograma para execução das atualizações, garantindo que não haja interrupção indevida dos serviços.

4.18.6 O projeto deverá prever estratégias para transição segura, incluindo mapeamento de dependências, preservação de dados e configurações críticas, além de mecanismos para minimizar indisponibilidade durante a mudança. É indispensável que sejam considerados os aspectos de integração com sistemas corporativos e políticas de segurança da ANEEL.

4.18.7 A entrega do projeto executivo deverá ocorrer em até 15 (quinze) dias corridos após a assinatura do contrato, sendo que a ANEEL terá até 10 (dez) dias corridos para validar o projeto apresentado. A implantação

da solução deverá ser concluída em até 30 (trinta) dias corridos após a aprovação do projeto executivo. As atualizações e migrações planejadas deverão seguir o cronograma aprovado, contemplando marcos intermediários definidos para cada etapa crítica, de forma a assegurar a continuidade dos serviços e a mitigação de riscos.

4.18.8 Para garantir o adequado acompanhamento da execução, a mitigação de riscos e a rastreabilidade de todas as entregas previstas no Item 4, serão instituídos os seguintes marcos formais, cujos cumprimentos serão verificados e atestados pela fiscalização do contrato:

4.18.8.1 Marco 1 – Projeto executivo: Entrega formal do documento contendo arquitetura detalhada, integrações, cronograma, plano de atualização, plano de testes, plano de migração e critérios de aceitação. Este marco antecede qualquer atividade prática de implantação e sua aprovação pela ANEEL é condição obrigatória para início da execução técnica.

4.18.8.2 Marco 2 – Implantação concluída: Corresponde à conclusão da implantação técnica inicial da solução, incluindo: atualização dos componentes, configuração do Workspace ONE SaaS, integração com ambientes corporativos, sincronizações, testes básicos de autenticação, funcionalidade e desempenho, conforme checklist aprovado no Projeto Executivo. A aceitação deste marco é condição obrigatória para o início dos marcos de documentação, treinamento e operação assistida.

4.18.8.3 Marco 3 – Documentação técnica (“as-built”): Entrega da documentação técnica refletindo fielmente o ambiente implantado, contendo topologias, fluxos, configurações aplicadas, parâmetros utilizados, integrações, versões, dependências e ajustes realizados, conforme previsto no Projeto Executivo.

4.18.8.4 Marco 4 – Treinamento (“hands-on”): Execução do treinamento técnico prático para a equipe da ANEEL, conforme plano validado no Projeto Executivo. Inclui demonstrações, simulações operacionais, transferência de conhecimento, procedimentos recomendados e evidências de capacitação.

4.18.8.5 Marco 5 – Operação assistida: Período mínimo de 10 (dez) dias úteis de acompanhamento da solução em ambiente de produção, com monitoramento, estabilização, correções e suporte especializado, visando comprovar o pleno funcionamento da solução implantada. A aceitação deste marco constitui o encerramento técnico do Item 4.

## **Requisitos de Implantação**

4.19 Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.19.1 A fase de implantação deverá abranger todas as atividades necessárias para disponibilização plena da solução contratada, garantindo sua operacionalidade, integração com os sistemas corporativos e aderência às políticas de segurança da ANEEL, bem como período de operação assistida. O serviço de implantação deverá incluir a aplicação das licenças contratadas, assegurando sua ativação e configuração conforme os ambientes, pools de máquinas e usuários definidos no projeto executivo. Deverá contemplar também a instalação, ativação e integração dos módulos, conectores e demais componentes da solução, considerando a arquitetura híbrida, incluindo a integração com sistemas existentes, tais como diretórios corporativos, mecanismos de autenticação e ferramentas de gestão já utilizadas pela ANEEL.

4.19.2 A implantação deverá prever a atualização inicial das versões dos componentes da solução, conforme plano previamente aprovado, garantindo a utilização de versões estáveis e compatíveis com a arquitetura proposta e recomendada pelo fabricante. Após a instalação, deverão ser realizados testes funcionais e de segurança, assegurando que a solução atenda aos requisitos técnicos e funcionais definidos no projeto. Os resultados desses testes deverão ser documentados e submetidos à validação da ANEEL.

4.19.3 Após a conclusão da instalação e validação inicial da solução, deverá ser realizada uma fase de operação assistida, com duração mínima de 10 (dez) dias úteis, garantindo acompanhamento técnico especializado para monitoramento do desempenho, correção de eventuais ajustes e suporte contínuo à equipe técnica da ANEEL. Durante esse período, a Contratada deverá disponibilizar equipe qualificada para atuar de forma proativa na identificação e resolução de incidentes, assegurando a estabilidade da solução e a plena integração com os sistemas corporativos da ANEEL.

4.19.4 Todas as atividades de implantação deverão ser realizadas sob a coordenação do gestor do contrato da ANEEL, em conformidade com os processos internos da Agência, observando especialmente as diretrizes instituídas para gestão de mudança. Essa coordenação visa garantir que cada etapa seja executada de forma controlada, segura e alinhada às políticas corporativas, evitando impactos não planejados nos serviços e sistemas existentes.

## **Requisitos de Garantia e Manutenção**



- 4.20 O prazo de garantia contratual dos serviços, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 60 (sessenta) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 4.21 A Contratada deverá prestar garantia técnica integral da solução, abrangendo todos os componentes licenciados, serviços correlatos, atualizações, correções de segurança, releases, patches e demais evoluções tecnológicas disponibilizadas pelo fabricante, durante todo o período contratual de 60 (sessenta) meses, contados a partir da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.22 A contratação deverá assegurar garantia tecnológica integral da solução de virtualização de estações de trabalho e de todos os serviços correlatos, de modo a garantir a continuidade operacional, a estabilidade dos serviços, a disponibilidade dos ambientes e a segurança das informações.
- 4.23 A garantia deverá assegurar a plena operação da solução, incluindo a continuidade da prestação dos serviços, a estabilidade da infraestrutura, a disponibilidade dos ambientes, a manutenção de políticas de segurança e a mitigação de vulnerabilidades conhecidas, conforme os requisitos descritos neste Termo de Referência.
- 4.24 A subscrição contratada deverá contemplar, durante 60 (sessenta) meses, a disponibilização de novas versões, atualizações evolutivas, releases, correções de segurança, patches e demais aprimoramentos fornecidos pelo fabricante, com o objetivo de mitigar vulnerabilidades, manter a conformidade com padrões e boas práticas de segurança e assegurar o pleno funcionamento da solução ao longo de toda a vigência contratual.
- 4.25 A garantia técnica deverá permitir a abertura direta de chamados junto ao fabricante pela equipe técnica da CONTRATANTE, devendo ser assegurados, no mínimo, os seguintes requisitos:
- 4.25.1 Múltiplos canais de atendimento, incluindo ambiente web autenticado, telefone 0800 e email previamente cadastrados;
- 4.25.2 Classificação de chamados com base em impacto e criticidade, com prazos de atendimento diferenciados e tratamento prioritário para incidentes críticos;
- 4.25.3 Base de conhecimento customizada, pesquisável, contendo documentação técnica atualizada, instruções detalhadas e orientações para solução de problemas.
- 4.26 A Contratada deverá reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, quaisquer falhas, vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da instalação, configuração, customização, parametrização ou de qualquer componente da solução, não cabendo à fiscalização atestar o recebimento definitivo enquanto existirem pendências técnicas.

### **Requisitos de Experiência Profissional**

- 4.27 Os serviços previstos na solução deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços:
- 4.27.1 O gerente de projeto deve possuir experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos em gestão de projetos de Tecnologia da Informação, preferencialmente com atuação em projetos de implantação de soluções de infraestrutura ou virtualização. É desejável experiência com metodologias reconhecidas, garantindo capacidade de planejamento, acompanhamento e controle das entregas.
- 4.27.2 Os serviços de implantação deverão ser executados por profissionais com qualificação técnica compatível com a complexidade e as características da solução contratada. Para garantir a qualidade e a segurança das atividades, a Contratada deverá alocar profissionais que possuam certificação oficial do fabricante na tecnologia específica dos produtos ofertados e experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos com os mesmos produtos, assegurando conhecimento atualizado e aderente às melhores práticas do mercado.
- 4.28 A documentação comprobatória deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato.

### **Requisitos de Formação da Equipe**

- 4.29 Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos a seguir:
- 4.29.1 Para o gerente de projetos é desejável formação superior completa em áreas relacionadas à Tecnologia da Informação ou Engenharia e certificação em gestão de projetos, assegurando conhecimento das melhores práticas de governança e execução.
- 4.29.2 Para a execução dos serviços de implantação, a Contratada deverá alocar profissionais que possuam certificação oficial do fabricante na tecnologia específica dos produtos ofertados e experiência comprovada mínima de 2 (dois) anos com os mesmos produtos, assegurando conhecimento atualizado e aderente às melhores práticas do mercado.

4.30 A documentação comprobatória deverá ser apresentada no momento da assinatura do contrato.

### **Requisitos de Metodologia de Trabalho**

4.31 A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

4.32 A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

4.33 O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 8 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.34 A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.35 O contrato terá vigência de 60 (sessenta) meses, garantindo a continuidade dos serviços e suporte técnico durante todo o período. O pagamento será realizado de forma anualizada, conforme previsto no planejamento orçamentário da ANEEL, respeitando os limites financeiros estabelecidos para cada exercício.

4.36 Antes do início efetivo da prestação dos serviços, será realizada uma Reunião Inicial entre a Contratante e a Contratada, com o objetivo de alinhar procedimentos e esclarecer dúvidas, a fim de garantir entendimento mútuo sobre os termos contratuais e sobre o cronograma de execução. Na ocasião, a Contratada deverá designar e manter um preposto apto a representá-la junto à ANEEL, responsável pela interlocução e acompanhamento das atividades contratuais.

4.37 A Contratada deverá designar um gerente de projeto responsável por coordenar todas as etapas da implantação da solução, garantindo o cumprimento do cronograma, a qualidade das entregas e a comunicação eficaz entre as equipes. Esse profissional atuará como ponto focal junto à ANEEL, assegurando alinhamento sobre procedimentos, gestão de riscos e tratamento de eventuais exceções. O gerente de projeto deverá acompanhar as atividades de instalação, customização e integração, bem como participar das reuniões de acompanhamento e emitir relatórios periódicos sobre o andamento do projeto, promovendo transparência e controle durante todo o processo de implantação.

4.38 Observando o Item 6.1.3 – Cronograma de execução de serviços, a Contratada deverá apresentar um projeto executivo detalhado, contendo a descrição das atividades, cronograma, recursos alocados, responsabilidades, entregáveis e critérios de aceitação. Esse documento será submetido à validação da ANEEL e servirá como referência para acompanhamento e gestão do contrato, garantindo alinhamento entre as partes quanto ao escopo, prazos e qualidade das entregas.

4.39 O documento deverá contemplar todas as etapas do projeto, incluindo implantação, customização, integração, testes, treinamento e suporte técnico, além de prever mecanismos para comunicação, gestão de riscos e tratamento de exceções. Qualquer alteração no projeto executivo deverá ser previamente aprovada pela ANEEL, assegurando transparência e controle sobre as atividades contratadas.

4.40 Os serviços de implantação, no que se referirem ao ambiente on-premises, deverão ser executados presencialmente na sede da ANEEL, localizada na SGAN 603, módulos I e J, Brasília-DF, CEP 70830-030. A complexidade das atividades e a necessidade de acompanhamento técnico especializado exigem que a Contratada disponibilize recursos profissionais “in loco”, devidamente capacitados para atender às demandas contratuais com agilidade e eficácia. Essa presença física é essencial para garantir a qualidade das instalações, diagnósticos precisos, correções emergenciais e a continuidade dos serviços que suportam as atividades da Agência.

4.41 Os componentes on-premises da solução deverão ser instalados nos servidores especificados pela ANEEL para esse fim. A implantação/migração de componentes deverá ocorrer sobre o ambiente previamente disponibilizado, conforme detalhamento apresentado no Anexo A – Descrição do Ambiente Computacional da ANEEL, garantindo aderência às especificações técnicas definidas pela ANEEL, e executados preferencialmente no período das 9:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira, respeitando as janelas operacionais estabelecidas para minimizar impactos nas atividades institucionais. Qualquer exceção deverá ser previamente acordada com a Contratante.

4.42 Durante todo o período contratual, a Contratada deverá oferecer suporte técnico especializado por meio de canais dedicados, garantindo orientação, esclarecimento de dúvidas e apoio às atividades relacionadas.

4.43 A Contratada deverá emitir relatórios técnicos mensais, até o dia 10 (dez) de cada mês, para cada intervenção realizada, programada ou emergencial, quando houver, detalhando os fatos relevantes e os procedimentos executados, de forma a manter registros completos para fins estatísticos e subsidiar a tomada de decisão da ANEEL.

4.44 A execução dos serviços deverá ser acompanhada pela Contratada, que dará ciência imediata à ANEEL sobre quaisquer ocorrências relevantes. Além disso, deverão ser realizadas reuniões periódicas para tratar de assuntos relacionados à instalação, suporte técnico, atualizações de versão, capacitação e acompanhamento do cronograma de atividades.

4.45 A execução da contratação terá início em até cinco (5) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.

### **Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade**

4.46 O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.46.1 A solução contratada deverá atender integralmente às diretrizes e boas práticas de segurança da informação e proteção de dados pessoais, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), com a Política de Segurança da Informação da ANEEL e com os normativos federais aplicáveis;

4.46.2 É indispensável que sejam observados os princípios de confidencialidade, integridade, disponibilidade e autenticidade, garantindo que os dados corporativos e pessoais sejam tratados de forma segura durante todas as fases do projeto, implantação e operação.

### **Vistoria**

4.47 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### **Sustentabilidade**

4.48 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.48.1 Uso eficiente de recursos: Priorizar soluções que reduzam consumo de energia, espaço físico e necessidade de equipamentos adicionais, aproveitando a infraestrutura já existente e migrando parte dos serviços para modelo em nuvem, que elimina custos e impactos ambientais associados à manutenção de servidores locais;

4.48.2 Gestão do ciclo de vida: Adotar solução que minimize geração de resíduos eletrônicos e prolongue a vida útil do parque tecnológico atual, reduzindo necessidade de substituição de hardware e evitando descarte prematuro de ativos ao permitir a continuidade da operação com a infraestrutura vigente; e

4.48.3 Critérios sociais e ambientais indiretos: Promover, por meio da solução contratada, suporte adequado ao teletrabalho e trabalho híbrido, reduzindo deslocamentos, consumo de combustíveis e emissões de gases de efeito estufa, em conformidade com diretrizes de sustentabilidade do setor público.

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.49 Na presente contratação será admitida a indicação da seguinte marca, característica ou modelo, de acordo com as justificativas contidas no Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026 (SEI nº 0265156):

4.49.1 Solução de virtualização Omnisia VMware Horizon e Workspace ONE: A indicação decorre da necessidade de continuidade tecnológica do ambiente de virtualização já implantado na ANEEL, do aproveitamento da infraestrutura existente e da impossibilidade de manutenção das licenças perpétuas, uma vez que o fabricante descontinuou esse modelo de licenciamento, disponibilizando apenas subscrição. A substituição por tecnologia distinta é tecnicamente inviável, pois exigiria a desmontagem completa do ambiente atual, a recriação de políticas, configurações e máquinas virtuais, além de elevar riscos, custos e prazos de implantação.

### **Subcontratação**

4.50 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.51 Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a 5 % (cinco por cento) do valor anual da contratação.

4.52 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.52.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.52.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.52.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.52.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.52.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.53 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.54 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.55 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.56 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.56.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.57 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.57.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.57.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

4.57.3 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.58 Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.59 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.60 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.61 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.62 O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.62.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.62.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.63 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.63.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.63.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.64 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.65 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.66 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.67 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### **Margem de Preferência**

4.68 Nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.890, de 22 de janeiro de 2024, foi realizada a verificação quanto à existência de margem de preferência aplicável ao objeto da contratação.

4.69 Constatou-se que, até o momento, não há resolução da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS que contemple licenças de software ou ambientes de virtualização de trabalho com margem de preferência normal ou adicional.

4.70 Dessa forma, não se aplica margem de preferência à presente contratação.- (Não existe resolução específica da CICS que contemple licenças de software ou ambientes de virtualização como objeto beneficiado).

4.71 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

4.71.1 Quantitativo e modelo de licenciamento: A solução deverá contemplar 600 licenças do tipo named user, em modelo de subscrição, substituindo as licenças perpétuas atualmente descontinuadas pelo fabricante Omnisia, para os Itens 1, 2 e 3 do objeto desta contratação, conforme os SKUs apresentados na tabela do item 1.1 acima;

4.71.2 Infraestrutura e arquitetura existente: A proposta deve considerar o aproveitamento integral da infraestrutura VMware já existente, incluindo as máquinas virtuais atualmente utilizadas na operação do Horizon, bem como a necessidade de integração do Workspace ONE SaaS aos serviços corporativos (Active Directory, políticas de acesso e autenticação, dentre outras).; e

4.71.3 Serviços necessários para implantação e continuidade: A proposta deverá incluir o projeto de implantação, incluindo planejamento e ajustes arquiteturais, atualização de componentes para as versões mais novas e estáveis disponibilizadas pelo fabricante, plano de testes e validação, operação assistida, documentação técnica e treinamento técnico para a equipe da ANEEL.

## **5. PAPÉIS E RESPONSABILIDADES**

### **5.1 São obrigações da CONTRATANTE:**

5.1.1 nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;

5.1.2 encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

5.1.3 receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.1.4 aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

5.1.4 liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.1.6 comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;

5.1.7 definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.1.8 prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

## 5.2 São obrigações do CONTRATADO:

5.2.1 indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

5.2.2 atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.2.3 reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

5.2.4 propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.2.5 manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

5.2.6 quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;

5.2.7 quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;

5.2.8 ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;

5.2.9 fazer a transição contratual, quando for o caso.

## 5.3 São obrigações do órgão gerenciador do registro de preços:

5.3.1 efetuar o registro do licitante fornecedor e firmar a correspondente Ata de Registro de Preços;

5.3.2 conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações de condições, produtos ou preços registrados;

5.3.3. definir mecanismos de comunicação com os órgãos participantes e não participantes, contendo:

5.3.4 as formas de comunicação entre os envolvidos, a exemplo de ofício, telefone, e-mail, ou sistema informatizado, quando disponível; e

5.3.5 definição dos eventos a serem reportados ao órgão gerenciador, com a indicação de prazo e responsável;

5.3.6 definir mecanismos de controle de fornecimento da solução de TIC, observando, dentre outros:

5.3.7 a definição da produtividade ou da capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC;

5.3.8 as regras para gerenciamento da fila de fornecimento da solução de TIC aos órgãos participantes e não participantes, contendo prazos e formas de negociação e redistribuição da demanda, quando esta ultrapassar a produtividade definida ou a capacidade mínima de fornecimento e for requerida pelo contratado; e

5.3.9 as regras para a substituição da solução registrada na Ata de Registro de Preços, garantida a verificação de Amostra do Objeto, observado o disposto no inciso III, alínea "c", item 2 do art. 17 da Instrução Normativa SGS/ME nº

94, de 2022, em função de fatores supervenientes que tornem necessária e imperativa a substituição da solução tecnológica.

## 6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de execução

6.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Início da execução do objeto: 5 (cinco) dias corridos da emissão da ordem de serviço.

6.1.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho: vide as seções Requisitos de Projeto e Implementação, Requisitos de Implantação e Requisitos de Metodologia de Trabalho.

6.1.3 Cronograma de realização dos serviços:

Cronograma de Execução Contratual			
Evento	Descrição	Prazo	Responsáveis
1	Reunião inicial.	Em até 5 (cinco) dias corridos a contar da assinatura do Contrato.	ANEEL e CONTRATADA
2	Emissão da Ordem de Serviço.	Em até 5 (cinco) dias corridos a contar da assinatura do Contrato.	ANEEL
3	Entrega do projeto executivo (Marco 1) e cronograma de atividades.	Em até 15 (quinze) dias corridos a contar da emissão da Ordem de Serviço.	CONTRATADA
4	Aprovação do projeto executivo.	Em até 10 (dez) dias corridos da entrega do projeto executivo.	ANEEL
5	Entrega das licenças de subscrição e conclusão da implantação da solução (Marco 2).	Em até 30 (trinta) dias corridos a contar do Evento 4.	CONTRATADA
6	Entrega da documentação técnica “as-built” (Marco 3).	Após a conclusão do Evento 5.	CONTRATADA
7	Treinamento “hands-on” (Marco 4)	Após a conclusão do Evento 5.	CONTRATADA
8	Operação assistida (Marco 5)		CONTRATADA

		A ser realizada após o Evento 5, com duração mínima de 10 (dez) dias úteis.	
9	Emissão do Termo de Recebimento Provisório.	Para os Itens 1, 2 e 3, relativos à subscrição de licenças, o recebimento provisório ocorrerá em até 3 (três) dias úteis após a comprovação da ativação das licenças, vinculadas ao CNPJ da ANEEL e disponibilizadas à Contratante.  Para o Item 4, o recebimento provisório ocorrerá em até 3 (três) dias úteis e será realizado de forma única, com a conclusão de todos os Marcos previstos no projeto executivo.	ANEEL
10	Emissão do Termo de Recebimento Definitivo.	Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório.	ANEEL

6.1.4 Não há óbice à antecipação dos prazos de entrega pela Contratada, bem como à antecipação dos prazos de recebimento e aceitação pela Contratante, desde que observadas as condições estabelecidas no instrumento contratual. Poderá ser concedida prorrogação dos prazos originalmente fixados, em favor da Contratada, quando ocorrerem situações imprevisíveis, supervenientes ou devidamente justificadas, que impeçam o cumprimento das obrigações nos prazos estipulados, ficando a concessão condicionada à análise e aprovação da Contratante, nos termos da legislação aplicável e das disposições contratuais.

#### **Local e horário da prestação dos serviços**

6.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: SGAN 603, módulos I e J, Brasília-DF, CEP 70830-030;

6.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: De 9:00 às 17:00, de segunda a sexta-feira.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

6.3.1 A execução contratual observará as rotinas previstas nas seções Requisitos de Projeto e Implementação e Requisitos de Metodologia de Trabalho.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

6.4 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

6.4.1 Licenças, ferramentas, agentes, conectores e demais utilitários necessários para instalação, configuração e integração da solução ao ambiente corporativo da ANEEL (incluindo diretórios, políticas e dispositivos).;



6.4.2 Ferramentas e componentes específicos para migração das configurações, perfis, políticas e dispositivos atualmente geridos na solução onpremises, garantindo continuidade operacional e compatibilidade com o modelo SaaS.

6.4.3 Scripts, clientes, plugins e quaisquer outros componentes de software necessários para entrega de funcionalidades previstas na solução contratada; e

6.4.4 Documentação técnica atualizada, artefatos de configuração, guias de administração e demais materiais necessários ao suporte técnico, testes, validação e operação assistida durante a fase inicial da implantação.

### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

6.5 A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

6.5.1 A demanda as ANEEL foi dimensionada considerando a necessidade de assegurar a continuidade das operações e o atendimento às atividades essenciais da ANEEL, motivo pelo qual se estabeleceu a aquisição de 600 licenças dedicadas (named user) da solução de virtualização de estações de trabalho, incluindo os serviços associados, quantitativo já adotado em contratações precedentes e alinhado às necessidades de negócio relacionadas à manutenção da disponibilidade, segurança e eficiência operacional da infraestrutura de desktops virtuais da Agência. O número definido atende ao limite financeiro previsto e reflete o montante necessário para sustentar o modelo de trabalho institucional, conforme identificado no Estudo Técnico Preliminar nº 7/2026 (SEI nº 0265156).

### **Formas de transferência de conhecimento**

6.6 A transferência do conhecimento deverá ser realizada observando-se o que segue:

6.6.1 A transferência do conhecimento deverá ocorrer de forma estruturada, abrangendo capacitação técnica e operacional da equipe da ANEEL, por meio de treinamento do tipo “hands-on” ministrado por profissional certificado e com experiência comprovada na solução, com conteúdo gravado e disponibilizado para consultas posteriores, assegurando a autonomia da equipe na utilização, operação e manutenção da tecnologia implementada.

### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

6.7 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **Quantidade mínima de serviços para comparação e controle**

6.8 Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no Anexo B do Termo de Referência – Modelo de Ordem de Serviço.

### **Mecanismos formais de comunicação**

6.9 São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

- I) Ordem de Serviço;
- II) Ata de Reunião;
- III) Ofício;
- IV) Sistema de abertura de chamados;
- V) E-mails e Cartas.

### **Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.10 O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.11 O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no Anexo C do Termo de Referência – Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e Anexo D do Termo de Referência – Termo de Ciência de Manutenção de Sigilo para Colaboradores.

## **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### **Preposto**

7.5 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

7.6 O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de vigência contratual.

7.7 O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Reunião Inicial**

7.8 Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

7.9 A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.10 A pauta desta reunião observará, pelo menos:

7.10.1 Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;

7.10.2 Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;

7.10.3 Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

7.10.4 A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.10.5 Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência.

## **Rotinas de Fiscalização**

7.11 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

### **Fiscalização Técnica**

7.12 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

7.13 O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

7.14 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.15 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.16 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.17 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

7.18 A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

7.18.1 Acompanhamento da execução do projeto de implantação da solução;

7.18.2 Supervisão das atividades de operação assistida e estabilização do ambiente;

7.18.3 Validação técnica da configuração, segurança e políticas operacionais;

7.18.4 Acompanhamento operacional e validação de intervenções técnicas;

7.18.5 Análise dos relatórios técnicos e registros de chamados; e

7.18.6 Monitoramento do atendimento, comunicação técnica e validação de procedimentos.

7.19 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Fiscalização Administrativa**

7.20 O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

7.21 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

## **Gestor do Contrato**

7.2 Cabe ao gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022:

7.22.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências,

das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.22.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.22.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.22.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.22.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.22.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

7.22.8 receber e dar encaminhamento imediato:

7.22.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

7.22.8.2 à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

8.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme o disposto nesta Seção.

IAAL – INDICADOR DE ATRASO NA ATIVAÇÃO DAS LICENÇAS	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o tempo de atraso na prestação dos serviços constantes na Ordem de Serviço, referentes à ativação das licenças (Itens 1 a 3).
Meta a cumprir	IAAL <= 0 dias
Instrumento de medição	Ordem de Serviço; Termo de Recebimento Provisório (TRP)

<b>Forma de acompanhamento</b>	<p>Acompanhamento será feito com base no prazo previsto na OS e nos marcos de entrega previstos no cronograma de implantação. A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na data de início da execução do objeto.</p> <p>Será subtraída a data de entrega dos produtos (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução do objeto.</p>
<b>Periodicidade</b>	Única, após a ativação de todas as licenças e emissão do Termo de Recebimento Definitivo
<b>Mecanismo de Cálculo (métrica)</b>	<p><b>IAAL = TEX - TEST</b></p> <p>Onde:</p> <p>IAAL – Indicador de Atraso na Ativação das Licenças.</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução do objeto, da sua data de início até a data de entrega dos produtos.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a Execução, conforme estipulado no Termo de Referência.</p> <p>A data de início será aquela constante da data de início de execução do objeto. Caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a data de execução do contrato.</p> <p>A data de entrega deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução continua a correr, findando-se apenas quanto a CONTRATADA entrega os produtos e há a aceitação por parte do fiscal técnico.</p>
<b>Observações</b>	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS. A OS deverá indicar explicitamente a data de início da execução para fins de contagem de TEX.
	<p>Para valores do indicador IAAL:</p> <p>Menor ou igual a 0 – Pagamento integral do item do objeto.</p>

<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor do item do objeto ou fração em atraso.
	Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor do item do objeto ou fração em atraso.

IAMP – INDICADOR DE ATENDIMENTO AOS MARCOS DO PROJETO DE IMPLANTAÇÃO	
Tópico	Descrição
Finalidade	Medir o desempenho da Contratada no cumprimento dos marcos do projeto de implantação, considerando o atendimento de cada marco e a intensidade dos atrasos, garantindo controle total da execução técnica.
Meta a cumprir	IAMP >= 90 pontos.
Instrumento de medição	Ordem de Serviço; Projeto Executivo aprovado; Termos de Recebimento Provisório Definitivo do item 4.
Forma de acompanhamento	Acompanhamento, para cada marco do Item 4, da data prevista e da data efetiva de aceite pelo fiscal técnico. Para fins do indicador, marcos entregues até a data limite do cronograma são considerados “no prazo” e não geram dias de atraso. Marcos com aceite após a data limite terão os dias de atraso contados entre a data limite do cronograma e a data do aceite definitivo.
Periodicidade	Única, ao término da execução do Item 4, após a conclusão da operação assistida e a emissão do Termo de Recebimento Definitivo referente a esse item.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	<p><b>IAMP = 100 – (Q_miss × 5) – (ΣAt_m × 0,5)</b></p> <p>Onde:</p> <p>IAMP – Indicador de Marcos do Projeto de Implantação.</p> <p>Q_miss – quantidade de marcos não concluídos dentro do prazo.</p> <p>ΣAt_m – soma dos dias de atraso dos marcos atrasados.</p> <p>5 pontos – penalidade leve e proporcional por marco não cumprido.</p> <p>0,5 ponto/dia – penalização pela intensidade do atraso.</p>

	O valor de IAMP será limitado ao intervalo de 0 a 100. Caso o cálculo resulte em valor negativo, será considerado IAMP = 0.
<b>Observações</b>	Obs1: O cálculo do IAMP considera apenas o cumprimento dos marcos dentro dos prazos pactuados, não substituindo outros indicadores de qualidade ou de disponibilidade que possam ser aplicáveis ao contrato. Obs2: Havendo alteração formal do cronograma (reprogramação justificada e aprovada pela ANEEL), os novos prazos passarão a compor a linha de base para fins de cálculo do indicador.
<b>Início de Vigência</b>	A partir da emissão da OS que der início à execução do Item 4. A OS deverá indicar explicitamente a data de início da execução e o cronograma detalhado dos marcos do projeto de implantação, para fins de contagem de prazos e cálculo do IAMP.
<b>Faixas de ajuste no pagamento e Sanções</b>	Para valores do IAMP, calculado ao final da execução do Item 4:  IAMP $\geq$ 90 – Pagamento integral do valor do Item 4.  $80 \leq$ IAMP $<$ 90 – Glosa de 5% sobre o valor do Item 4.  $60 \leq$ IAMP $<$ 80 – Glosa de 10% sobre o valor do Item 4.  IAMP $<$ 60 – Glosa de 15% sobre o valor do Item 4, sem prejuízo da aplicação de multa contratual específica, conforme cláusulas sancionatórias específicas e demais medidas cabíveis à luz da Lei nº 14.133/2021.

8.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

8.2.1 não produziu os resultados acordados,

8.2.2 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.2.3 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.3 A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4 A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

8.4.1 A conformidade técnica das entregas, verificada pela fiscalização técnica mediante análise das evidências apresentadas (termos de recebimento, relatórios, validações de ativação, documentação “as-built”), devendo ser rejeitadas as atividades que não atendam integralmente às especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

8.4.2 O atendimento aos marcos previstos no cronograma de execução e registrados na Ordem de Serviço, incluindo Projeto Executivo, implantação, documentação técnica, treinamento e operação assistida, conforme definido no Item 1.4 deste Termo de Referência. ;e

8.4.3 Os resultados obtidos nos indicadores de desempenho aplicáveis (IAAL e IAMP), utilizados para verificar a pontualidade e a aderência técnica das entregas, bem como para determinar a ocorrência de glosas ou ajustes financeiros, nos termos desta Seção Recebimento

8.5 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 3 (três) dias úteis, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

8.6 O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

8.7 O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

8.8 O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

8.9 O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

8.10 Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento:

8.11 O recebimento provisório dos Itens 1, 2 e 3, relativos às licenças por subscrição, ocorrerá em até 3 (três) dias úteis após a verificação, pela fiscalização técnica, de que as licenças foram devidamente ativadas junto ao fabricante, encontram-se vigentes, vinculadas ao CNPJ da ANEEL e disponibilizadas em ambiente de gestão acessível à Contratante. O recebimento provisório desses itens limitase à confirmação do direito de uso e ativação das licenças, não caracterizando, por si só, solução funcional.

8.11.1 A ativação das licenças previstas nos Itens 1, 2 e 3 não exige a Contratada do integral cumprimento das etapas técnicas de implantação descritas no Projeto Executivo e nos demais requisitos deste Termo de Referência, tampouco autoriza a emissão de faturas relativas ao Item 4, cuja natureza é indivisível e depende da conclusão sequencial das etapas previstas.

8.12 O recebimento provisório do Item 4, referente ao serviço integrado de implantação da solução, será realizado de forma única, após a conclusão de todas as fases previstas no Projeto Executivo, incluindo: (i) aprovação do Projeto Executivo; (ii) conclusão do Marco de Implantação Concluída (MIC); (iii) entrega e aceite da documentação as built; (iv) realização do treinamento técnico hands-on; e (v) execução e aceite da operação assistida. A conclusão dessas etapas será comprovada mediante emissão de Termo de Recebimento Provisório (TRP), a ser lavrado pela fiscalização em até 3 (três) dias úteis.

8.12.1 Os marcos descritos na Seção anterior deste Termo de Referência constituem apenas mecanismos de organização da execução, acompanhamento técnico e apuração do desempenho contratual (indicador IAMP), não configurando entregas passíveis de faturamento isolado.

8.13 Ao final de cada período/evento de faturamento:

8.13.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

8.14 Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

8.15 O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

8.16 A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.



8.17 O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

8.18 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.19 Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

8.20 Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

8.20.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

8.20.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

8.20.3 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

8.20.4 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

8.20.5 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

8.21 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.22 Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

8.23 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Procedimentos de Teste e Inspeção**

8.24 Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

8.24.1 Os procedimentos de teste e inspeção destinados à elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo deverão observar integralmente o fluxo de implantação estabelecido neste Termo de Referência, incluindo as verificações associadas a cada um dos marcos formais previstos na Seção Requisitos de Projeto e Implementação.

8.24.2 Antes do início da operação assistida, a fiscalização técnica deverá verificar a conclusão do Marco de Implantação Concluída, mediante conferência da atualização inicial das versões dos componentes da solução, da execução das atividades de instalação, ativação de licenças, integração e configuração previstas no Projeto Executivo, bem como da validação dos testes funcionais e testes de segurança aplicáveis a esta fase. Os resultados deverão ser integralmente documentados e submetidos à ANEEL, como condição para avanço às etapas seguintes.

8.24.3 Durante a operação assistida, serão realizados testes complementares de estabilidade, desempenho, autenticação, integração, usabilidade, monitoramento e funcionamento contínuo da solução, observando-se as diretrizes de gestão de mudanças da ANEEL. Durante esse período, a Contratada deverá prover acompanhamento

técnico contínuo, identificando e corrigindo eventuais ajustes, registrando ocorrências e garantindo pleno suporte à equipe técnica da Agência.

8.24.4 Para fins de recebimento provisório do Item 4, a operação assistida deverá transcorrer por um período mínimo de 10 (dez) dias úteis, sem registro de falhas críticas pendentes de correção e com a solução demonstrando estabilidade operacional, desempenho satisfatório, correta integração aos sistemas corporativos e atendimento aos requisitos técnicos e funcionais especificados no Projeto Executivo.

8.24.5 Para fins de recebimento definitivo, além da conclusão satisfatória da operação assistida, deverão ser validados: (i) a documentação as built final; (ii) os relatórios de testes executados em todas as fases; (iii) o treinamento hands-on; e (iv) os registros de estabilização apresentados pela Contratada. A fiscalização realizará inspeção final da solução implantada, verificando qualidade, aderência ao Projeto Executivo, conformidade técnica e completude das entregas antes da emissão do TRD.

## **Liquidação**

8.25 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.26 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.27 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.28 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

8.29 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.30 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.30.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.30.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.31 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.32 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto

à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.33 Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.34 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.35 O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.36 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Custo de Tecnologia da Informação – ICTI/IPEA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.37 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.38 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.39 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.39.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.40 O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

8.41 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 18/2/2026.

8.42 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.43 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.44 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.45 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.46 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa (m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.47 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.48 O reajuste será realizado por apostilamento.

Cessão de Crédito

8.49 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.49.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.49.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.49.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.49.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.50 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

9. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PROCEDIMENTOS PARA RETENÇÃO OU GLOSA NO PAGAMENTO

9.1 Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
1	Não prestar esclarecimentos, informações técnicas, evidências, logs, relatórios, arquivos de configuração, prints de tela, registros de testes ou quaisquer documentos necessários à verificação da execução dos serviços, no prazo máximo de 24 horas úteis, contado da solicitação formal da fiscalização, salvo quando a resposta exigir análise técnica aprofundada, hipótese em que o prazo poderá ser estendido a critério da ANEEL.	Multa de 0,5% sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela contratante, até o limite de 5 dias úteis.
		Após o limite de 5 dias úteis, aplicar-se-á multa de 0,5 % do valor total do Contrato.
	Não atender as diretrizes de gestão de mudança da ANEEL durante atividades	

2	que possam impactar sistemas corporativos (como atualizações, integrações e migrações).	Multa de 2% sobre o valor do Item 4, por ocorrência.
3	Não comparecer ou não disponibilizar equipe técnica qualificada para reuniões de acompanhamento, janelas de mudança, testes ou atividades críticas previstas no Projeto Executivo	Advertência. Em caso de reincidência, multa de 2% sobre o valor do Item 4.
4	Realizar execução técnica em desconformidade com o Projeto Executivo validado (arquitetura, versões, integrações, parâmetros).	Multa de 5% sobre o valor do Item 4.
5	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 2% do valor total do Contrato.

9.2 Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que p contratado:

9.2.1 não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

9.2.2 deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

9.3 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.4 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

9.4.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.4.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

#### 9.4.4. Multa:

9.4.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

9.4.4.2 Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

9.4.4.2.1 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

9.4.4.3 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.4 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.5 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

9.4.4.6 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 5% (cinco por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

9.4.4.7 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor da contratação [, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

9.5 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.6 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.7 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.8 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.9 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.10 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.10.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.10.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.11 Na aplicação das sanções serão considerados:

9.11.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.11.2 as peculiaridades do caso concreto;

9.11.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.11.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.11.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.12 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.13 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.14 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.14.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

9.15 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.16 Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

10.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

### **Regime de Execução**

10.2 O regime de execução do contrato será por REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.

10.2.1 A adoção da empreitada por preço unitário para os itens de licenciamento justifica-se pela natureza de trato sucessivo e quantificável da solução, permitindo que o pagamento anualizado ocorra de forma proporcional ao quantitativo de licenças efetivamente disponibilizado e utilizado.

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

10.3 Para o objeto, ou para a parcela do objeto contratual submetida ao regime de empreitada por preço unitário, os critérios de aceitabilidade de preços serão os seguintes:

10.3.1 Para o valor global da contratação: será considerado como limite máximo aceitável o valor estimado constante deste Termo de Referência, apurado conforme pesquisa de preços realizada pela Administração.

10.3.2 Para os itens agrupados: cada agrupamento de itens estará sujeito ao valor unitário máximo estimado para sua composição, não sendo admitidas propostas que excedam os valores de referência estabelecidos para cada item.

### **Exigências de habilitação**

10.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

10.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.13 Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.14 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

10.15 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;



10.16 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.17 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes ~~Distrital~~ ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.20 Prova de regularidade com a Fazenda ~~Distrital~~ ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.21 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.22 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**Qualificação Econômico-Financeira**

10.23 certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

10.24 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

10.25 balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

10.26 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação – aplicável para o contrato de escopo:

10.27 Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

10.28 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

10.29 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

10.30 O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

10.31 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnico**

10.32 Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.32.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

10.32.1.1 Fornecimento e implantação, permanente ou por subscrição, da solução de virtualização de estações de trabalho VMware Horizon ou Omnisia Horizon para 300 (trezentos) usuários por 12 (doze) meses contínuos.

10.32.2 Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante.

10.32.3 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.32.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

10.32.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

10.33 Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

10.34A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

10.35 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

### **Disposições gerais sobre habilitação**

10.36 Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

10.37 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação

serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.38 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

10.39 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.40 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

#### **Documentação complementar para cooperativas**

10.41 Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

10.41.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

10.41.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

10.41.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

10.41.4 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

10.41.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

10.41.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

10.41.6.1 ata de fundação;

10.41.6.2 estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

10.41.6.3 regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

10.41.6.4 editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

10.41.6.5 três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

10.41.6.6 ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

10.41.6.7 última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

11.1 O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 6.715.399,92 (seis milhões, setecentos e quinze mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1.

11.2 A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/unidade: 323028 – Agência Nacional de Energia Elétrica/ 323043 – Superintendência de Gestão Técnica da Informação;
- II) Fonte de recursos: 1052000011;
- III) Programa de trabalho: 173454 - Administração Unidade;
- IV) Elemento de despesa: 3.3.90.40.06 (Itens 1 e 2); 3.3.90.40.19 (Item 3); 3.3.90.40.21 (Item 4); e
- V) Plano interno: 00000008872.

12.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor (1º ano)
Evento 1: Entrega dos Itens 1, 2 e 3 do objeto do contrato, referentes à subscrição das licenças.	Em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal, condicionada ao recebimento definitivo do Item, conforme art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022	R\$ 1.289.580,00
Evento 2: Entrega do Item 4 do objeto do contrato, referente aos serviços técnicos.	Em até 20 (vinte) dias úteis após a apresentação da Nota Fiscal, condicionada ao recebimento definitivo do Item, conforme art. 7º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022	R\$ 267.499,92

14. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Requisição de planejamento de contratação nº 23/2025

Documento assinado digitalmente  
gov.br FABIO ARAUJO CRUZ  
Data: 19/03/2026 15:44:59-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

FABIO ARAUJO CRUZ

Despacho: Requisição de Planejamento de Contratação n.º 23/2025



Documento assinado digitalmente  
**RODRIGO VARGAS BEZERRA**  
Data: 17/03/2026 14:14:28-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**RODRIGO VARGAS BEZERRA**

Coordenador de Infraestrutura de Tecnologia da Informação

Despacho: Despacho de Mero Expediente 2161/2025 - SGA/ANEEL

**INGRID FRANCA DE OLIVEIRA**

Integrante Administrativa



*Assinou eletronicamente em 16/03/2026 às 15:36:57.*



Documento assinado digitalmente  
**ADRIANA DE CARVALHO DRUMMOND VIVAN**  
Data: 19/03/2026 16:34:54-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ADRIANA DE CARVALHO DRUMMOND VIVAN**

Autoridade competente

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - lista de anexos TR v1.docx (223.3 KB)
- Anexo II - ETP\_323028\_000007\_2026\_assinado\_assinado\_assinado.pdf (466.46 KB)